

Moratória é condenada por economistas no Rio

Da sucursal do RIO

O eventual apelo à decretação unilateral da moratória, como forma de o Brasil contornar o pagamento da dívida externa, foi unanimemente condenado por economistas e empresários presentes ao encontro da Associação Promotora de Estudos da Economia (Apec), realizado ontem, no Rio. Outra conclusão do painel que reuniu os professores Antonio Carlos Lemgruber e Roberto Fendt, o economista Sidney Latini e o empresário Clive Freire, entre outros, indicou que a renegociação da dívida externa brasileira deixou de ser tarefa para os economistas, passando a pertencer ao domínio dos diplomatas e políticos.

Antonio Carlos Lemgruber, da Fundação Getúlio Vargas, considerou que o recurso à moratória seria "extremamente ilusório e perigoso", tendo em vista que atualmente os principais países latino-americanos estão conseguindo saldar seus compromissos internacionais. Para ele, a moratória unilateral colocaria o País numa posição fraca e isolada, sujeitando-o às sanções dos credores, entre as quais a recusa na concessão de novos créditos.

O economista sugeriu como alternativa para a solução do problema da dívida externa o estabelecimento de "um mecanismo mais automático de refinanciamento dos juros do que a contratação de jumbos periódicos".

Roberto Fendt, superintendente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, apoiou a tese de seu colega Antonio Carlos Lemgruber, mas realçou: "Enquanto não zerarmos o nosso déficit em conta corrente (o que para ele só será possível nos exercícios de 1986 ou 1987), não vejo como estabelecer um mecanismo de refinanciamento automático dos juros".

Chamou a atenção para o fato de 1984 constituir o último ano de trabalho da atual administração e para a necessidade que vêm tendo os credores de conhecer qual será a filosofia e o programa da próxima administração federal, para afinal manifestar-se "cético quanto ao encontro de esquemas duradouros no primeiro semestre deste ano".

PROTECIONISMO

O economista Sidney Latini, chefe do Departamento Econômico da Associação Comercial, defendeu "a retomada urgente do desenvolvimento" como forma de o País livrarse do problema do endividamento externo, "apesar dos constrangimentos internacionais que nos estão inibindo". Latini alertou para o acesso cada vez mais difícil dos produtos aos mercados parceiros mais desenvolvidos, condenando a adoção do que denominou "protecionismo geriátrico".

Disse ainda que o Brasil paga juros altos porque o orçamento americano apresenta um déficit de US\$ 200 bilhões, "que empurra as taxas para cima, sem que possamos influir sobre elas".

Para o economista, que apresentou uma série de sugestões para o controle do endividamento externo, a tarefa de renegociação da dívida "não pertence mais aos economistas, mas aos negociadores, diplomatas e políticos. Estou convencido — declarou — que a dívida externa do Terceiro Mundo só será resolvida politicamente".

O empresário Clive Freire, da direção dos estaleiros Vérolme, defendeu um alongamento dos prazos para pagamento da dívida externa, sugerindo que o Brasil negocie, tendo em vista o tamanho da dívida e a consequente repercussão internacional de uma quebra, a posição do País no contexto da América do Sul e sua influência sobre o restante da região.